

O declínio dos EUA e a ascensão da China: vulnerabilidade externa comparada e rivalidade com o BRICS

The decline of the US and the rise of China: comparative external vulnerability and rivalry with BRICS

Marcelo Milan | marcelo.milan@ufabc.edu.br | PPGE/UFABC

Igor Estima Sardo | igorsardo@gmail.com | DERI/UFRGS

Recebimento do Artigo: Dezembro de 2025 | **Aceite:** Fevereiro de 2026.

Resumo: O presente artigo coloca como problema de pesquisa se as vulnerabilidades externas econômicas dos EUA aumentaram em relação ao BRICS no período de 2008-2019. Como hipótese principal à pergunta, argumenta-se que houve um aumento do Índice de Vulnerabilidade Externa (IVE) americano. Como hipótese secundária, argumenta-se que os EUA se utilizaram de estratégias para tentar frear o aumento de seu IVE. Para esta pesquisa, tem-se como objetivo geral comparar o IVE dos EUA com o de cinco rivais, o BRICS, e como objetivo específico analisar a formulação de estratégias empregadas pelos EUA. No que tange a metodologia, emprega-se a ferramenta desenvolvida por Reinaldo Gonçalves (2005) para calcular o IVE, bem como os dados coletados de UNCTAD (2023a; 2023b), United States (2020; 2023a; 2023b) e World Bank (2023). Dentre as principais conclusões do trabalho está que o IVE americano, de fato, aumentou, apesar de a pesquisa ter verificado limitações no método de Gonçalves (2005).

Palavras-chave: Índice de Vulnerabilidade Externa. EUA. BRICS.

Abstract: This article poses as a research problem whether the external economic vulnerabilities of USA increased in relation to the BRICS in the period 2008-2019. As the main hypothesis for the question, it is argued that there was an increase in the American External Vulnerability Index (EVI). As a secondary hypothesis, it is argued that USA used strategies to try to curb the increase in its EVI. For this research, the general objective is to compare the EVI of USA with that of BRICS, and as a specific objective to analyze the formulation of strategies employed by USA to try to curb it. Regarding the methodology, the tool developed by Gonçalves (2005) to calculate the EVI is used, as well as the data collected at UNCTAD (2023a; 2023b), United States (2020; 2023a; 2023b) and World Bank (2023). Among the main conclusions of the work is that the American EVI increased, although the research found limitations in the method of Gonçalves (2005).

Keywords: External Vulnerability Index. USA. BRICS.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo se insere no âmbito da Economia Política Internacional (EPI), esta sendo um enfoque analítico útil para se analisar as Relações Internacionais (RI). Pretende-se, com este trabalho, investigar vulnerabilidades econômicas externas, em esferas comercial, produtivo-tecnológica e monetário-financeira dos Estados Unidos (EUA) em termos absolutos e relativos no intervalo de janeiro de 2008 a dezembro de 2019.

Desta forma, coloca-se como problema de pesquisa se as vulnerabilidades externas econômicas dos EUA aumentaram em relação ao BRICS no período de 2008-2019. Como hipótese principal à pergunta, argumenta-se que houve um aumento do Índice de Vulnerabilidade Externa (IVE) americano. Como hipótese secundária, argumenta-se que os EUA se utilizaram de estratégias para tentar frear o aumento de seu IVE. Escolheu-se o período de 2008 a 2019 por estar contido entre duas grandes crises que fizeram oscilar o IVE dos EUA. Ademais, escolheram-se as economias dos EUA, Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, porque os EUA ainda são o centro da economia mundial e seus principais rivais na esfera econômica internacional são as economias que compõem o BRICS, uma vez que este grupo propõe a transformação das instituições financeiras internacionais construídas pelos EUA.

Para esta pesquisa, tem-se como objetivo geral comparar o IVE dos EUA com o de cinco rivais, o BRICS, e como objetivo específico analisar a formulação de estratégias empregadas pelos EUA para tentar frear o aumento de sua vulnerabilidade. No que tange a metodologia, emprega-se a ferramenta desenvolvida por Reinaldo Gonçalves (2005) para calcular o IVE, bem como os dados coletados em UNCTAD (2023a; 2023b), United States (2020; 2023a; 2023b) e World Bank (2023), além de se utilizar de revisão de literatura para se atingir o objetivo específico do artigo.

O trabalho está organizado em 5 seções, além desta introdução e da conclusão. Na primeira seção, é realizada uma breve revisão da literatura de EPI visando identificar o método de Gonçalves (2005) como uma ferramenta válida à área. Na segunda seção, o método de Gonçalves é efetivamente empregado para seis economias, isto é, os EUA e as cinco que compõem o BRICS, para o período de 2008 a 2019. A terceira seção apresenta as falhas do método de Gonçalves (2005), bem como possíveis soluções. Na quarta seção, mostra-se como os EUA empregaram diferentes estratégias para tentar frear, ou mesmo reverter, o aumento de suas vulnerabilidades em diferentes áreas da economia. Na quinta seção, infere-se quais são os impactos políticos do emprego das estratégias econômicas dos EUA para o Sistema Internacional (SI) e a economia mundial.

2. COMO MEDIR PODER NA ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL

A EPI é um enfoque analítico útil no campo das RI. Primeiro cunhado e proposto pela economista Strange (1994), a EPI não se propõe a ser um campo de estudo novo, mas uma ferramenta valiosa para avaliar o equilíbrio de poder internacional pela lente econômica. Se por um lado, nas RI, o cálculo de poder tem um relativo consenso sobre que indicadores buscar indicadores de poder militar sobremaneira, na EPI, por outro lado, a mesma tarefa se mostra mais difícil.

Para se definir poder, em poucas palavras, pode-se recorrer a Weber: poder é “[...] *the probability that one actor within a social relationship will be in a position to carry out his own will despite resistance, regardless of the basis on which this probability rests*” (Weber, 1964, p. 152). Contudo, diferente do campo das RI, a projeção de poder na arena da economia mundial não é tão objetiva. Waltz (2002) e Mearsheimer (2001), por exemplo, conseguem elencar estratégias simples de atuação dos Estados com vistas à sobrevivência em sistema anárquico: para Waltz (2002), os Estados enfrentam o dilema entre balancear ou pegar carona (*bandwagoning*), enquanto para Mearsheimer (2001), os Estados enfrentam o dilema entre balancear ou delegar.

No debate de EPI, Strange (1994) apesar de reconhecer que na arena da economia mundial haja tipos de poder bilaterais, o mais comum é a disputa por um poder estrutural, dividido nas esferas do crédito, da produção, da segurança e do conhecimento. Neste sentido, outros autores da EPI, propuseram teorias semelhantes de como o Sistema Internacional (SI), e por extensão a economia mundial, tende a se concentrar, de maneira cíclica, em um Estado hegemônico em ascensão. Gilpin (2002), Kindleberger (1970), Keohane (1984), Eichengreen (2000) e Cohen (2019), salvo divergências teóricas, comungam a respeito de uma tendência hegemônica no SI e na economia mundial. O problema, entretanto, jaz na dificuldade em se parametrizar o poder na EPI para análise de curto prazo e com amostras de diferentes economias.

Neste intuito, Gonçalves (2005) propôs inverter a análise do poder na EPI. A questão na economia mundial é sobre o quanto uma economia é vulnerável em relação às demais. A inversão de vulnerabilidade por poder é compreendida, uma vez que na arena econômica, Estados não obtêm tantos dividendos políticos pela ação, mas sim pela precaução. É fato que economias com poder estrutural sobre a economia mundial se utilizam de tal artifício como uma arma, mas dificilmente conseguem fazê-lo de maneira direcionada. São os casos do uso do dólar americano como arma financeira ou do petróleo da OPEP (Organização do Países Exportadores de Petróleo) como arma de embargo, mas, em ambos os casos, o uso de tal poder teve consequências mais estruturais do que direcionadas (Eichengreen, 2000; Strange, 1994). Desta forma, em um “[...] mundo onde os conflitos de interesses e valores predominam (em detrimento da solidariedade e da cooperação), os atores sociais procuram reduzir sua vulnerabilidade externa – os Estados com relação a outros Estados [...]” (Gonçalves, 2005, p. 89).

Neste sentido, Gonçalves (2005) argumenta que os Estados se utilizam de suas economias nacionais, no longo prazo, para acumular capital e, logo, transformá-lo em capacidades estatais no sentido convencional (Mearsheimer, 2001; Waltz, 2002). Todavia, para que o objetivo de longo prazo seja cumprido, é preciso manter políticas de curto prazo que protejam a economia nacional de choques. Assim sendo, quanto mais uma economia está integrada e dependente à economia mundial, mais ela está exposta e vulnerável a choques adversos que possam cercear sua soberania. Neste sentido, no “[...] curto prazo, o Estado tem como função a estabilização macroeconômica. Ele tem a responsabilidade da gestão das crises econômicas (recessão, desemprego, inflação etc.); mais especificamente, cabe ao Estado administrar a conjuntura econômica” (Gonçalves, 2005, p. 83).

Logo, neste contexto, Gonçalves (2005) reuniu 16 indicadores macroeconômicas, em 3 esferas, para criar um índice de vulnerabilidade econômica externa (IVE) que servisse de guia para o equilíbrio de poder entre as economias do SI. Nas palavras de Gonçalves (2005, p. 19), “[...] vulnerabilidade externa é a probabilidade de resistência a pressões, fatores desestabilizadores e choques externos, bem como o custo dessa resistência”. As três esferas que perfazem o IVE são a comercial, ou seja, a troca de mercadorias entre economias; a produtivo-tecnológica, ou seja, os fluxos de investimento externo direto (IED) e de ativos intangíveis de conhecimento e patentes; e a monetária-financeira, ou seja, o fluxo de capitais internacionais, tais como empréstimos, financiamentos e investimentos (Gonçalves, 2005). Desta forma, os 16 indicadores podem ser distribuídos pelas três esferas da seguinte forma:

- Esfera comercial (5 indicadores): exportação de bens e serviços/PIB [Produto Interno Bruto]; crescimento real do comércio (exportação + importação) de bens e serviços – crescimento do PIB real; índice de concentração das exportações; reservas internacionais líquidas [exclusive recursos do FMI] /importação de bens e serviços; e taxa de crescimento de longo prazo do valor das exportações de bens.
- Esfera produtivo-tecnológica (6 indicadores): estoque de investimento externo direto [IED]/PIB; estoque de IED/exportação de bens e serviços; estoque de IED em serviços/ estoque de IED total; gastos com pesquisa e desenvolvimento tecnológico/PIB; exportação

de produtos intensivos em tecnologia/exportação de manufaturados; e pagamento de tecnologia/ gastos com P&D.

- Esfera monetário-financeira (5 indicadores): dívida externa total/exportação de bens e serviços; dívida com FMI/dívida externa total; renda líquida/exportação de bens e serviços; serviço da dívida pública e garantida pelo setor público/exportação de bens e serviços; e ajuda externa/importação de bens e serviços.

Assim, a partir de uma análise de estatística descritiva, é possível medir a vulnerabilidade de qualquer economia em números-índice a partir da média aritmética simples dos indicadores de cada esfera: os 5 indicadores da esfera comercial dão conta de calcular o IVCO (Índice de Vulnerabilidade Comercial); os 6 indicadores da esfera produtivo-tecnológica dão conta de calcular o IVPT (Índice de Vulnerabilidade Produtivo-Tecnológica); e os 5 indicadores dão conta de calcular o IVMF (Índice de Vulnerabilidade Monetário-Financeiro). Tendo obtido os três índices, mediante uma média simples entre os três, é possível de se chegar ao IVE geral da economia em análise (Gonçalves, 2005).

Em seu trabalho seminal, Gonçalves (2005) conseguiu calcular o IVE de 113 economias para o ano de 2002. Contudo, de um ponto de vista realista, não é preciso analisar a vulnerabilidade recíproca de tantas economias, uma vez que muitas delas são dependentes de ordenanças externas. Este é o caso do G7, grupo das economias de Alemanha, Canadá, EUA, França, Grã-Bretanha, Itália e Japão que coordenam políticas macroeconômicas e concentram a maioria dos fluxos financeiros internacionais. A cooperação, entretanto, não é fruto de altruísmo, mas sim da dependência que essas economias desenvolveram com os EUA no pós-1945 (Gilpin, 2002). Neste sentido, é mais prático focar nas grandes economias que, de fato, possam apresentar uma ameaça à hegemonia americana na economia mundial, isto é, as cinco economias que compõem o bloco do BRICS, justo porque, propõem a transformação das instituições financeiras internacionais calcadas nos EUA e centradas no dólar americano.

Neste contexto, a fim de se calcular cada indicador e, por consequência, cada índice, é preciso conduzir um trabalho meticuloso de coleta de dados e cálculo de índices entre indicadores. Para a pesquisa atual, no recorte temporal proposto de 2008 a 2019, os dados utilizados foram os compilados a partir dos bancos de dados dos sites do Banco Mundial (World Bank Group, 2022; 2023), da UNCTAD (2023a; 2023b), do FMI (2023) e dos departamentos dos EUA (United States, 2020; 2023a; 2023b). Após a coleta de dados e o eventual cálculo de indicadores derivados de coeficientes, é preciso ordenar os indicadores entre aqueles que obtiveram o melhor desempenho entre as 6 economias analisados no ano correspondente (sendo 0% a menor vulnerabilidade) e os que obtiveram o pior desempenho (sendo 100% a maior vulnerabilidade). A partir desta ordenação, é possível calcular os números-índice aplicando a seguinte fórmula:

Figura 1 - Cálculo de índice

$$\text{Índice} = \frac{X - X_{\text{Mín}}}{X_{\text{Máx}} - X_{\text{Mín}}} \times 100$$

Fonte: Gonçalves (2005, p. 130).

Tendo realizado estas etapas, pode-se chegar aos IVCO, IVPT e IVMF e, claro, ao IVE da economia que se pretende estudar. Por fim, para se elucidar o número representado por tais índice, Gonçalves expõe e sumariza a relação inversa entre poder e vulnerabilidade:

O conceito de vulnerabilidade externa nos remete ao conceito de poder no sistema internacional. O poder efetivo é inversamente proporcional à vulnerabilidade externa. Quanto mais elevada a probabilidade de um ator social, sujeito político ou agente econômico realizar a sua própria

vontade ou resistir a pressões, fatores desestabilizadores e choques externos, maior é o seu poder efetivo no sistema internacional (Gonçalves, 2005, p. 20).

3. O IVE DOS EUA DE 2008 A 2019

A partir da coleta de dados¹, conversão em índices e cálculo em IVCO, IVPT, IVMF e IVE das economias de África do Sul, Brasil, China, EUA, Índia e Rússia, no período de 2008 a 2019, chega-se a uma série histórica de dados apresentada na sequência.

Tabela 1 - Compilação dos IVEs dos EUA e do BRICS

Ano	África do Sul	Brasil	China	EUA	Índia	Rússia
2008	28,85%	18,25%	5,46%	10,03%	15,83%	15,71%
2009	31,77%	19,82%	4,35%	10,24%	15,00%	19,83%
2010	30,28%	21,20%	3,79%	9,13%	14,88%	19,27%
2011	29,88%	21,76%	3,47%	10,69%	14,87%	17,89%
2012	30,03%	21,99%	2,84%	10,94%	16,25%	17,89%
2013	30,04%	21,34%	2,64%	13,93%	15,63%	17,84%
2014	29,60%	21,49%	2,63%	14,63%	16,50%	15,14%
2015	29,21%	18,94%	2,64%	14,63%	17,42%	15,75%
2016	28,94%	20,39%	2,53%	13,96%	16,55%	18,03%
2017	28,61%	20,41%	2,72%	16,20%	17,18%	18,19%
2018	28,01%	20,94%	3,17%	16,65%	18,58%	19,30%
2019	27,29%	22,17%	3,01%	16,46%	17,84%	19,13%

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados de UNCTAD (2023a; 2023b), United States (2020; 2023a; 2023b) e World Bank (2023).

Pelo exposto na tabela 1, é notável o aumento do IVE americano em comparação com os demais IVEs do BRICS. É claro que o IVE dos EUA ainda se manteve abaixo da maioria das economias que compõem o bloco, mas sua distância em relação a todos diminuiu consideravelmente. O que mais salta aos olhos foi a capacidade da China em manter um patamar baixo de seu IVE e, ainda por cima, diminui-lo, enquanto o IVE dos EUA subiu de 10,03% para 16,46%. Contudo, para se obter um entendimento melhor da evolução do IVE americano de 2008 a 2019, é necessário dissecar seu IVE em suas partes constitutivas.

¹ No momento de compilar os dados, os indicadores de Estoque do IED em serviços como proporção do estoque total de IED, e de Ajuda externa/Importação de bens e serviços, não foram considerados para o cálculo do IVE, por serem de difícil acesso, no primeiro caso, ou desnecessários, no segundo caso.

Tabela 2 - Índices de vulnerabilidade dos EUA

Ano	IVE	IVCO	IVPT	IVMF
2008	10,03%	60,00%	30,09%	63,77%
2009	10,24%	54,15%	30,72%	75,00%
2010	9,13%	61,61%	27,40%	75,00%
2011	10,69%	62,41%	32,06%	75,00%
2012	10,94%	61,26%	32,81%	75,00%
2013	13,93%	61,86%	41,78%	75,00%
2014	14,63%	57,83%	43,89%	72,07%
2015	14,63%	46,66%	43,88%	61,90%
2016	13,96%	42,27%	41,89%	65,02%
2017	16,20%	49,95%	48,60%	69,02%
2018	16,65%	48,16%	49,95%	65,54%
2019	16,46%	23,12%	49,37%	64,40%

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados de UNCTAD (2023a; 2023b), United States (2020; 2023a; 2023b) e World Bank (2023).

A partir da tabela 2, observa-se que o índice monetário-financeiro foi o responsável por manter o IVE americano elevado, enquanto que o IVPT foi o índice que puxou para cima o IVE geral dos EUA. Todavia, o IVCO teve forte queda a partir das políticas protecionistas do governo Trump, de 2016 em diante, servindo para frear a subida do IVE dos EUA. O elevado IVMF dos EUA se explica, por um lado, porque os EUA só obtiveram desempenho satisfatório no indicador da relação entre a dívida com FMI e sua dívida externa total, enquanto que nos demais três indicadores que compõem o IVMF, os EUA tiveram um aumento da dívida externa (149,83%) e da dívida pública (226,63%), além de uma elevação do descompasso entre Renda Líquida (220,86%) e as exportações de bens e serviços (137,67%). Desta forma, estes aumentos tiveram resultados negativos nas relações Dívida externa total/Exportação de bens e serviços, de Serviço da dívida pública e garantida pelo setor público/Exportação de bens e serviços e de Renda líquida/Exportação de bens e serviços. De acordo com Arienti (2017), isto ocorre por conta do aumento dos défices gêmeos - fiscal e externo - operados pelo Tesouro Americano após a crise de 2008, como resposta à diminuição da atividade econômica.

Pelo lado real da economia, as curvas do IVPT e do IVCO desenham um X a partir de 2018, mostrando o sucesso de uma política protecionista e o fracasso da política de proteção de patentes dos EUA. Este movimento sumariza a desindustrialização da economia americana, além da desnacionalização do restante de seu parque industrial interno, ao mesmo tempo que faz com que os EUA sejam menos dependentes do comércio exterior. Neste contexto, a guerra tecnológica e comercial dos EUA com a China se mostra nos seguintes números: diminuição de 65,74% das exportações de alta tecnologia dos EUA de 2008 a 2019; aumento de 4,95% das exportações de alta tecnologia da China no mesmo período; o aumento de 260% do estoque de IED nos EUA, de 2008 a 2019; e queda de 0,49% das importações aos EUA entre 2018 e 2019, responsável, em boa medida, pela diminuição de seu IVCO. Entretanto, se se quiser ir mais a fundo na radiografia das vulnerabilidades dos EUA, é preciso comparar seus índices de vulnerabilidade específica com as demais economias do BRICS.

Tabela 3 - IVCO dos EUA e dos BRICS

Ano	África do Sul	Brasil	China	EUA	Índia	Rússia
2008	73,61%	40,26%	21,90%	60,00%	53,96%	68,00%
2009	67,15%	39,05%	17,89%	54,15%	40,45%	79,00%
2010	73,80%	37,66%	19,55%	61,61%	47,97%	74,00%
2011	74,15%	42,21%	19,28%	62,41%	56,48%	73,00%
2012	78,12%	46,31%	18,60%	61,26%	54,27%	72,00%
2013	76,86%	44,54%	16,02%	61,86%	55,15%	78,00%
2014	77,60%	46,81%	15,61%	57,83%	33,62%	79,00%
2015	70,82%	43,59%	13,33%	46,66%	25,58%	79,00%
2016	65,87%	38,91%	29,48%	42,27%	23,97%	67,00%
2017	77,99%	38,94%	12,86%	49,95%	23,75%	80,00%
2018	75,58%	42,15%	12,29%	48,16%	25,35%	74,00%
2019	66,37%	57,09%	24,60%	23,12%	26,61%	93,00%

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados de UNCTAD (2023a; 2023b), United States (2020; 2023a; 2023b) e World Bank (2023).

Pela exposição da tabela 3, percebe-se que a política protecionista no comércio exterior de Donald Trump, de 2017 em diante, surtiu efeito, encerrando o período com o menor IVCO entre todas as economias analisadas. O mesmo pode se argumentar sobre a política comercial indiana de 2013 em diante. Com relação à China, apesar de um desequilíbrio nos indicadores de 2015 a 2017, conseguiu manter uma média baixa em todo o período. Já o Brasil demonstrou um desempenho oscilatório, entretanto, África do Sul e Rússia mantiveram elevados IVCOs.

Tabela 4 - IVPT dos EUA e dos BRICS

Ano	África do Sul	Brasil	China	EUA	Índia	Rússia
2008	86,54%	54,76%	16,39%	30,09%	47,50%	47,13%
2009	95,32%	59,47%	13,04%	30,72%	45,00%	59,50%
2010	90,84%	63,61%	11,38%	27,40%	44,63%	57,82%
2011	89,64%	65,27%	10,40%	32,06%	44,61%	53,67%
2012	90,10%	65,96%	8,51%	32,81%	48,75%	53,66%
2013	90,12%	64,01%	7,91%	41,78%	46,90%	53,51%
2014	88,79%	64,46%	7,90%	43,89%	49,51%	45,42%
2015	87,64%	56,83%	7,92%	43,88%	52,27%	47,25%
2016	86,83%	61,18%	7,58%	41,89%	49,64%	54,10%
2017	85,84%	61,23%	8,17%	48,60%	51,54%	54,58%
2018	84,02%	62,83%	9,51%	49,95%	55,75%	57,89%
2019	81,88%	66,50%	9,04%	49,37%	53,53%	57,40%

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados de UNCTAD (2023a; 2023b), United States (2020; 2023a; 2023b) e World Bank (2023).

Ao se observar a tabela 4, é perceptível o nível baixo do IVPT chinês e, ademais, sua diminuição em 44,84%, demonstrando o desenvolvimento tecnológico da China. No entanto, no que toca aos EUA, percebe-se o aumento de seu IVPT em 64,07%, o que evidencia a perda de competitividade tecnológica dos EUA, que na verdade, se aproxima a um patamar semelhante às demais economias do BRICS. Mesmo a África do Sul, a economia mais distante da amostra, conseguiu reduzir seu IVPT em 5,38%.

Tabela 5 - IVMF dos EUA e dos BRICS

Ano	África do Sul	Brasil	China	EUA	Índia	Rússia
2008	23,49%	30,67%	21,91%	63,77%	35,90%	51,04%
2009	48,72%	29,08%	29,72%	75,00%	48,99%	45,16%
2010	49,74%	36,90%	33,45%	75,00%	43,60%	58,65%
2011	46,99%	40,09%	26,82%	75,00%	41,15%	42,63%
2012	54,87%	31,13%	29,92%	75,00%	41,30%	38,63%
2013	57,10%	40,76%	20,91%	75,00%	36,18%	30,04%
2014	47,10%	32,00%	26,00%	72,07%	38,49%	53,56%
2015	61,40%	36,52%	24,08%	61,90%	31,39%	47,63%
2016	46,78%	35,63%	24,87%	65,02%	38,56%	57,20%
2017	43,60%	42,21%	24,14%	69,02%	34,65%	45,97%
2018	57,87%	37,99%	22,71%	65,54%	36,59%	57,19%
2019	43,98%	40,65%	23,28%	64,40%	32,54%	46,20%

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados de UNCTAD (2023a; 2023b), United States (2020; 2023a; 2023b) e World Bank (2023).

Por fim, pela análise da tabela 5, é incontroverso que o IVMF de todas as economias em análise oscilou mais fortemente no recorte temporal em função da própria natureza instável das finanças internacionais e, igualmente, por causa do período turbulento pós-crise de 2008. Os EUA, conquanto apresentem o maior IVMF, conseguiram controlar tal índice usando políticas domésticas e multilaterais, enquanto que a China logrou manter o menor índice no período analisado, uma vez que possui uma economia integrada ao SMFI, mas pouco liberalizada. Quanto às demais economias, é custoso tentar estabelecer algum padrão ou tendência de alta ou queda, novamente, devido à natureza instável das finanças internacionais. Porém, o que se pode cravar com certeza é a perda de momentum que essas economias - Brasil, Rússia, Índia e África do Sul - tinham pré-2008, quando se imaginava que suas moedas poderiam disputar a hegemonia monetária internacional (Cohen, 2019).

Tabela 6 - Balanço do IVE e dos indicadores dos EUA

Índice ou indicador	Variação (2008-2019)	Balanço
IVE	De 10,03% a 16,46%	Deterioração de 64,11%
IVCO	De 60% para 23,12%	Melhora de 61,47%
IVPT	De 30,09% para 49,37%	Deterioração de 64,07%
IVMF	De 63,77% a 64,4%	Estável

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados de UNCTAD (2023a; 2023b), United States (2020; 2023a; 2023b) e World Bank (2023).

A tabela 6 resume bem as oscilações dos índices de vulnerabilidade que compõem tais índices dos EUA. De maneira geral, percebe-se uma melhora nos indicadores comerciais, uma deterioração nos indicadores produtivo-tecnológicos e uma manutenção nos indicadores monetário-financeiros, o que se reflete, por consequência, em cada um dos índices que constituem o IVE dos EUA.

Tabela 7 - Deterioração relativa do IVE dos EUA para com o BRICS

Economia do BRICS	Diferença dos IVEs em 2008	Diferença dos IVEs em 2019	Aumento/diminuição do intervalo
Brasil	8,22 em favor dos EUA	5,71 em favor dos EUA	Diminuição de 30,53%
Rússia	5,68 em favor dos EUA	2,67 em favor dos EUA	Diminuição de 52,99%
Índia	5,8 em favor dos EUA	1,38 em favor dos EUA	Diminuição de 76,21%
China	4,57 em favor da China	13,45 em favor da China	Aumento de 194,31%
África do Sul	18,82 em favor dos EUA	10,83 em favor dos EUA	Diminuição de 5,4%

Fonte: Elaborado pelos autores.

Já a tabela 7 indica a deterioração relativa do IVE face a seus rivais. Se, em termos absolutos, o IVE americano, como mostra a tabela 6, se deteriorou em 64,11%, a tabela 7 preocupa ainda mais a situação geoeconômica dos EUA quando colocada em comparação com o BRICS, sobretudo, com a China. Embora ainda mantenha a vantagem em alguns casos, em todos os cenários o IVE dos EUA se deteriorou e diminuiu a distância em relação a posição do Brasil, Rússia, Índia e África do Sul, e, pior, aumentou a distância com a China, mostrando as capacidades comercial, industrial, inovadora, tecnológica e competitiva da economia chinesa.

4. FALHAS DO MÉTODO

Apesar de uma metodologia sofisticada, Gonçalves (2005) faz poucas ressalvas à parametrização do método. Como é conhecimento consolidado na literatura de EPI, as economias que compõem a economia mundial são assimétricas para além de unidades de medida quantificáveis. Na medida convencional de poder nas RI, unidades universais de poder como número de divisões, quantidade de peças de artilharia, ogivas nucleares etc. ainda são de fácil comparação entre Estados do SI. Não há dúvida de que a simples contagem de ativos militares no almoxarifado de Forças Armadas não confere status imediato de Grande Potência ou mesmo vantagem absoluta na arena internacional. Contudo, em se tratando de economia internacional, ainda mais de SMFI, a assimetria de poder é ainda mais ressaltada.

A primeira divisão clara entre tipos de economias foi feita por Raúl Prébisch (1949), ao separar economias centrais e periféricas, argumentando que as primeiras, por serem industrializadas, tinham mais ganhos com o comércio, enquanto as periféricas tinham problemas na Balança Comercial por verem seus termos de troca serem deteriorados. A partir da classificação centro-periferia, uma miríade de teorias sobre tal relação surgiu no debate acadêmico, sobretudo, as teorias da Dependência (Cardoso; Faletto, 2010) e do Sistema-Mundo (Wallerstein, 2006).

Contudo, na parte real da economia, ainda é possível de se comparar capacidades entre economias, sobretudo, naquilo que diz respeito a padrões de comércio, parque industrial e capacidades inovativa e tecnológica. Sendo assim, os IVCO e IVPT podem ser medidas válidas para se comparar economias, ainda que com certa cautela. Entretanto, a maior falha no método empregado por Gonçalves (2005) jaz nos aspectos monetário-financeiros. De todos os indicadores que compõem o IVMF, os EUA sempre tinham bom resultado

na relação entre a dívida com FMI e sua dívida externa total, não acumulando dívidas. Gonçalves, neste sentido, reconheceu que o FMI é “[...] um instrumento de política econômica externa dos Estados Unidos, mais especificamente do Tesouro desse país” (Gonçalves, 2005, p. 146).

Três indicadores da esfera monetário-financeira têm relação com o coeficiente da dívida externa americana, um agregado macroeconômico facilmente manipulado pela senhoriação e alavancagem do dólar americano. Neste caso, para além da dicotomia centro-periferia, o SMFI é permeado por um poder estrutural concentrado na economia dos EUA (Strange, 1994). Desde a Conferência de Bretton-Woods em 1944, o dólar americano se tornou a moeda de referência para o comércio internacional, provendo liquidez às trocas internacionais, fazendo com que todas as demais economias do mundo, sejam centrais, sejam periféricas, financiassem os déficits orçamentários dos EUA. Mais do que uma benesse ao Tesouro Americano, tais déficits eram necessários à liquidez internacional, como as minas de prata de Potosí o foram do século XVI ao XVIII (Eichengreen, 2000). Por ter a moeda mais demandada na economia mundial os EUA são capazes de postergar e defletir problemas em seu Balanço de Pagamentos, concedendo-lhes uma situação confortável em relação a seu IVMF (Cohen, 2019).

Ainda se utilizando da teoria de Strange (1994), pode-se dizer que os EUA, desde o fim do Sistema de Bretton-Woods em 1973, renunciaram gradativamente de seu poder estrutural sobre a produção, aumentando o fluxo de IED para economias com baixos custos de produção. Todavia, manteve seu poder estrutural sobre a segurança internacional, o conhecimento² e, principalmente, o crédito (Gilpin, 2002).

De 2008 a 2019, estes quatro poderes estruturais sofreram oscilações significativas. Pelo lado da produção, a relação simbiótica e interdependente entre EUA e China se aprofundou, uma relação cunhada de Chimérica por Ferguson e Schularick (2007). Isto explica como os indicadores comerciais e produtivo-tecnológicos das duas economias operam de maneira espelhada. Desta maneira, o poder estrutural sobre a produção, mais especificamente sobre a indústria de transformação, se moveu para o Leste Asiático, em particular, para a China.

O poder estrutural sobre a segurança ainda se manteve fortemente concentrado nos EUA, embora rupturas começassem a surgir em sua ordem liberal. Já em 2008, a Rússia conduziu uma intervenção militar na Geórgia e, novamente, em 2014, anexou a Crimeia, desafiando a ordem unipolar americana (Mearsheimer, 2019). O poder estrutural sobre o conhecimento, que era igualmente concentrado nas grandes universidades dos EUA, teve de ceder espaço para a competitividade das inovações e patentes que surgiam nas instituições de ensino da China (Damas, 2020). Por fim, o poder estrutural sobre o crédito internacional, ainda que seja extremamente concentrado nos EUA, já mostra sinais de multipolaridade, isto é, um lento processo de desdolarização (Tooze, 2018). Apesar de a Crise de 2008 não ter abalado a posição do dólar tanto quanto se esperava, o comércio e as finanças internacionais passaram por um processo de diversificação de 2008 a 2019, uma vez que as economias, tanto periféricas quanto centrais, buscavam vencer a alta dependência do dólar (Cohen, 2019).

Desta forma, percebe-se que o método empregado por Gonçalves (2005), apesar de apresentar falhas, pode ser um instrumento explicativo poderoso se combinado com ferramentas clássicas de EPI (Cohen, 2019; Eichengreen, 2000; Gilpin, 2002; Strange, 1994), construindo um método quantitativo-qualitativo. Neste contexto, percebe-se muito a deterioração dos indicadores monetário-financeiros da economia americana, mas as evidências ainda não corroboram a perda do poder estrutural que os EUA ainda têm sobre o crédito internacional e mesmo sobre a segurança internacional. A despeito disto, Washington não agiu de maneira inconsciente sobre esta perda de poder, e estratégias foram elaboradas e empregadas no íterim de 2008 a 2019 para reverter o aumento de sua vulnerabilidade na economia mundial.

² Conhecimento (knowledge) pode ser entendido como inovação, patente tecnológica e teoria acadêmica, de acordo com Strange (1994).

5. ESTRATÉGIAS AMERICANAS

De 2008 a 2019, Washington agiu de maneira a reverter o aumento de suas vulnerabilidades na arena internacional. É claro que os tomadores de decisão estadunidenses - seja o presidente, seja o Secretário do Tesouro - não têm em mente os índices de vulnerabilidade formulados por Gonçalves (2005), mas muitos dos coeficientes e indicadores que compõem são de cara atenção para tais políticos e burocratas, como, por exemplo, PIB, estoque de IED, dívida pública etc.

Na esfera comercial, os EUA lograram diminuir sua vulnerabilidade em 61,47%, uma vez que obtiveram desempenho excelente, ou seja, o melhor ou segundo melhor da amostra, em três indicadores: relação de Exportação de bens e serviços/PIB, Índice de concentração das exportações (ou índice de Herfindahl-Hirschmann) e relação de Reservas internacionais líquidas [excluindo os recursos do FMI]/ Importação de bens e serviços. Destes três indicadores, os coeficientes que se sobreassem para explicar seu bom desempenho são o aumento do crescimento econômico de 2008 a 2019 e a queda das importações a partir de 2017 (Fajgelbaum; Khandelwal, 2020). Por outro lado, a queda nas importações verificada a partir de 2017 se tratou de uma estratégia orientada e clara de aumento de tarifas de importação, sobretudo, contra a China, ainda que as tarifas tenham atingido toda a cadeia global de valor. Apesar de ser uma medida arriscada e de efeito ambíguo, auxiliou a diminuir a dependência com a China.

Já na esfera produtivo-tecnológica, a estratégia protecionista já é antiga quando se trata de patentes e tecnologias sensíveis, porém os efeitos são menos eficientes, uma vez que o IVPT americano foi o maior responsável por puxar para cima o IVE dos EUA ao se deteriorar em 64,07%. Dos cinco indicadores que constituem o IVPT, dois tiveram desempenho muito ruim, ou seja, quase sempre os piores da amostra ao longo da série histórica: relação de Estoque de IED/PIB e de Estoque de IED/Exportação de bens e serviços; dois eram quase sempre os melhores da amostra: Gastos com P&D como proporção do PIB e relação de Pagamento de tecnologia/Gastos com P&D; e, por fim, relação de Exportação de produtos intensivos em tecnologia/ Exportação de manufaturados teve uma performance intermediária. De fato, não há dúvida de que a proteção de patentes manteve o bom desempenho dos indicadores que tinham como denominador comum gastos com P&D. A estratégia protecionista em tecnologia é antiga nos EUA, promovendo um ambiente institucional para que firmas americanas possam reagir de forma schumpeteriana aos desafios do mercado. Porém, isto não foi suficiente para equilibrar a defasagem do estoque de IED americano no resto do mundo, muito menos frear os processos de desindustrialização e desnacionalização da indústria americana, deteriorando o IVPT dos EUA (Costa, 2017; Fajgelbaum; Khandelwal, 2020).

Finalmente, na esfera monetário-financeira, a cena foi mais complexa e requereu dos formuladores de política de Washington uma atenção maior. Dos três índices que compõem o IVE, o IVMF dos EUA foi o pior da amostra, ainda que tenha tido uma variação considerada estável de 63,77% a 64,4%. Todavia, isto não foi suficiente para se colocar a senhoriação do dólar sob ameaça, mesmo que movimentos de desdolarização tenham surgido e continuem a crescer lentamente. Entretanto, a despeito do exposto, tanto o Federal Reserve quanto o Departamento do Tesouro agiram ativamente para manter a posição do dólar como moeda de referência no SMFI, ao mesmo tempo, que prezavam pelos indicadores domésticos dos EUA (Arienti, 2017; Coelho; Gaiotto, 2017).

O descontrole da dívida externa dos EUA para conter os efeitos da Crise de 2008 deteriorou a maioria dos indicadores que compõem o IVMF dos EUA, com exceção da relação de Dívida com FMI/Dívida externa total, o qual se mostrou fácil de controlar devido aos laços entre o Tesouro Americano e o FMI (Gonçalves, 2005). Por fim, o fiel da balança no IVMF dos EUA ficou sobre o indicador da razão entre Serviço da dívida pública e garantida pelo setor pública/Exportação de bens e serviços, ou seja, ao controle da dívida pública americana (Arienti, 2017; Coelho; Gaiotto, 2017; Fajgelbaum; Khandelwal, 2020).

Desta forma, as estratégias empregadas pelos EUA para minorar o aumento de sua vulnerabilidade monetário-financeira recaíram, principalmente, sobre políticas monetárias do Fed. Entretanto, para não

arriscar perder a posição de liderança do dólar americano, tais políticas tiveram de vir acompanhadas de concertações multilaterais em diferentes foros internacionais. Por isso, há dois momentos diferentes das estratégias dos EUA de 2008 a 2019 para lidar com seu IVMF. De 2008 a 2012, tentando conter os efeitos da Crise Financeira Global, os EUA realizaram uma política monetária expansionista pelo Fed para salvar bancos e empresas americanas e evitar um aprofundamento da crise, uma política conhecida como *quantitative easing*. No entanto, para que a posição do dólar não fosse ameaçada na arena internacional mediante distúrbios no balanço de pagamentos, um movimento conjunto teve de ser feito na esfera da coordenação de políticas macroeconômicas. Desta forma, os EUA concederam poder às economias emergentes, que àquele momento eram credoras líquidas, no foro do G20 (Duggan; Azalia, 2020).

No entanto, em um segundo momento, de 2013 a 2019, quando o pior da crise havia passado e a Europa havia sido salva, tanto o Fed quanto o Departamento de Estado dos EUA mudaram de posição. Buscando recuperar o prestígio da moeda americana, o Fed subiu os juros e restringiu o crédito, uma política conhecida como *Tapering*. Na arena multilateral, EUA e aliados esvaziaram o G20 e voltaram a coordenar políticas macroeconômicas entre si, no foro do G7. A estratégia, de modo geral, obteve sucesso, uma vez que logrou conter a despesa pública, manter a senhoriagem do dólar e conservar outros indicadores macroeconômicos (Arienti, 2017; Coelho; Gaiotto, 2017; Duggan; Azalia, 2020).

Cada estratégia americana teve não somente um resultado econômico sensível aos índices de vulnerabilidade, mas igualmente um resultado político. Embora a maioria das políticas tivessem um caráter estrutural e as principais economias rivais dos EUA se resumam ao bloco do BRICS, o principal alvo de tais estratégias e suas consequências foi a República Popular da China, causando uma guerra comercial e tecnológica e, na esteira do processo, concedendo, de maneira indesejada, poderes à China em foros como o G20 e o FMI. De 2008 a 2019, ficou claro que o mundo passou por transformações profundas, sobretudo, na competição interestatal. O que antes era ofuscado pela unipolaridade unilateral dos EUA rapidamente se tornou um mundo multipolar de competição acirrada, principalmente, entre os EUA e a China.

6. CONSEQUÊNCIAS DO IVE E DAS ESTRATÉGIAS AMERICANAS

De 2008 a 2019, o SI passou por transformações que colocaram em xeque a unipolaridade pós-Guerra Fria dos EUA. Na economia mundial, essas mudanças foram sentidas nas mudanças dos padrões de comércio e no SMFI. Se em 2008, ainda havia um SI unipolar, com SMFI desregulado e centrado nos EUA e padrões de produção e comércio pautados pela relação Chimérica entre G7 e Leste Asiático, em 2019, já havia sinais claros de uma ascendente multipolaridade, do início de um processo de desdolarização e de mudanças na cadeia global de valor (Ferguson; Schularick, 2007; Mearsheimer, 2019; Tooze, 2018).

Pelo lado do equilíbrio internacional, a unipolaridade dos EUA já mostrava sinais de desgaste desde 2005, quando tinham de lidar com campanhas malsucedidas contra a insurgência iraquiana. Em 2008, a Rússia invadiu a Geórgia, mostrando a capacidade russa de agir por conta própria a despeito do sistema multilateral ocidental. Novamente, o mesmo ocorreu na anexação russa da Crimeia em 2014. A partir de 2017, com a posse de Donald Trump, a Grande Estratégia dos EUA deixou de perseguir a unipolaridade e passou a reconhecer outros polos no SI e, assim, a equilibrar outras potências, neste caso, a China, a Rússia e a Índia (Mearsheimer, 2019).

Pelo lado monetário-financeiro, o SMFI era, basicamente, regulado pelo Fed, G7, BIS e FMI. Em outras palavras, o SMFI tinha como moeda de referências para transações financeiras e comerciais o dólar americano, cuja liquidez internacional era controlada pelo Banco Central dos EUA, o Fed, enquanto o G7, o BIS e o FMI cumpriam o papel de estabilizadores das finanças internacionais de diferentes formas. O G7 se prestou, e ainda se presta, a coordenar políticas macroeconômicas para evitar choques nos Balanços de Pagamentos entre as principais economias desenvolvidas; o BIS, uma instituição europeia, cumpriu, e ainda

cumprir, o papel de prescrever práticas de governança monetária entre os principais bancos centrais mundo afora; e o FMI cumpriu, e ainda cumpre, o papel de manter a estabilidade monetária internacional, mediante empréstimos de socorro (Eichengreen, 2000).

Contudo, até 2019, cada uma dessas instituições componentes do SMFI foi parcialmente minada. Com a inclusão do renminbi à cesta de moedas do FMI em 2015 e a revisão do balanço de ativos de bancos centrais, como o da Rússia pós-2008, o SMFI começou a enfrentar um processo lento de desdolarização. Ademais, as economias do G7 estão tendo de lidar com a ascensão das economias emergentes, sobretudo, as economias do BRICS, que juntas representam um PIB maior que o G7. Não tendo mais o mesmo espaço nas finanças e no comércio internacionais, a coordenação intra-G7 não é mais suficiente para conter choques externos. O BIS, muito calcado pelo sistema interbancário SWIFT (Society for Worldwide Interbank Financial Telecommunication), está sofrendo competição da proposta interbancária chinesa, o CIPS (Cross-Border Interbank Payment System). Por fim, o FMI se mostrou um instrumento de controle típico centro-periferia, servindo aos interesses dos bancos americanos em economias periféricas (Tooze, 2018).

Finalmente, no que diz respeito aos padrões de produção e comércio internacionais, em 2008, a divisão internacional do trabalho já era um produto de profundas transformações das crises de estagflação dos anos 1970 e da revolução monetária dos anos 1980 (Arrighi, 2013). Os EUA se tornaram uma praça financeira com investimentos diretos em economias com baixos custos e mão de obra barata, sobretudo, na China. Ainda que proteja patentes e tecnologias sensíveis, a maior parte da indústria de transformação dos EUA se trasladou para o México e para o leste asiático. Para Visentini (2019), a composição da economia mundial se divide em quatro eixos, os quais agregam as posições político-econômicas dos Estados:

- a) *eixo militar-rentista anglo-saxão*, composto, sobretudo, por EUA, Canadá, Reino Unido, Austrália e Nova Zelândia;
- b) *eixo industrial desenvolvido*, composto, sobretudo, por União Europeia, Japão e Tigres Asiáticos;
- c) *eixo industrial heterodoxo emergente*, composto, sobretudo, pelo BRICS;
- d) *eixo agrário, mineral e demográfico periférico*, composto, sobretudo, por Estados latino-americanos, africanos e asiáticos de baixa renda nacional.

O período de 2008 a 2019 aprofundou a especialização das economias em cada um destes eixos. Contudo, com a eleição e posse do presidente americano Donald Trump em 2017, há uma clara movimentação dos EUA no sentido de reverter este quadro, mediante políticas protecionistas, e, assim, reconcentrar a produção em solo estadunidense. Desta forma, os anos de 2008 a 2019 legaram ao SI e ao SMFI um mundo crescentemente multipolar, desafiando a hegemonia do dólar e os padrões de produção e comércio internacionais.

7. CONCLUSÃO

O presente artigo atingiu seus objetivos, haja vista que foram comparados o IVE dos EUA com o IVE das economias que compõem o BRICS e, igualmente, foi analisada a formulação de estratégias empregadas pelos EUA para tentar frear o aumento de seu IVE. Mediante revisão bibliográfica e estatística descritiva, foi possível testar e confirmar as hipóteses do trabalho referente à pergunta se as vulnerabilidades externas econômicas dos EUA aumentaram em relação ao BRICS no período de 2008-2019. De fato, houve um aumento do IVE americano de 64,11% e de que, realmente, tal aumento não passou despercebido pelas estratégias econômicas e externas dos EUA.

Na primeira seção do trabalho, à parte da introdução, uma breve revisão de literatura foi capaz de identificar no método de Gonçalves (2005) uma ferramenta válida à mensuração de poder nas RI e, mais especificamente, na EPI. Dentre diferentes autores da EPI, Gonçalves (2005) se mostrou útil por inverter o conceito de poder para vulnerabilidade e, assim, mensurá-lo. Na segunda seção, foram apresentados os resultados do emprego do método de Gonçalves, utilizando a coleta feita em UNCTAD (2023a; 2023b), United States (2020; 2023a; 2023b) e World Bank (2023) no período analisado, chegando às variações de cada índice de vulnerabilidade dos EUA de 2008 a 2019. Desta forma, verificou-se que a deterioração de 64,11% do IVE estadunidense se deveu à piora nos indicadores produtivos-tecnológicos dos EUA, o que representou, portanto, um aumento da desindustrialização e desnacionalização de suas empresas.

Na terceira seção, contudo, foram apresentadas as falhas ao método empregado, evidenciando que alguns indicadores do IVE podem ser manipulados pelo poder estrutural dos EUA sobre as finanças e o crédito, dificultando o uso do IVE como indicador isolado na mensuração de poder. Logo, percebeu-se que indicadores monetário-financeiros, como dívida externa e dívidas junto ao FMI, são manipulados pelos EUA a seu favor, mantendo o IVMF em um patamar controlado. Na quarta seção, foi mostrado como os EUA empregaram diferentes estratégias para tentar frear, ou mesmo reverter, o aumento de suas vulnerabilidades em diferentes áreas de sua economia, utilizando-se de políticas macroeconômicas domésticas e de coordenação multilateral para fazer variar indicadores que compõem o IVE americano. Entretanto, evidenciou-se que apenas algumas estratégias foram exitosas, sobretudo a política comercial protecionista, enquanto a política protecionista sobre patentes foi malograda e as políticas de coordenação macroeconômica e financeira foram ambíguas.

Por fim, na quinta seção, inferiu-se quais foram os impactos políticos do emprego das estratégias econômicas dos EUA para o SI e a economia mundial, concluindo-se que o SI se torna cada vez mais multipolar, impactando em um ensaio da desdolarização do SMFI e da mudança na divisão internacional do trabalho. Assim, fraturas na antiga ordem unipolar americana foram sentidas na reascensão da Rússia e na transformação das instituições financeiras internacionais pela China, como a inclusão do renminbi na cesta de moedas do FMI e a criação do CIPS. Sendo assim, e finalmente, este trabalho não teve a pretensão de ser definitivo a respeito do uso de metodologias para mensuração de poder nas RI e na EPI, sendo uma contribuição a trabalhos como os de Gonçalves (2005), justificando em parte seu esforço de pesquisa, tanto acadêmica quanto socialmente. Neste sentido, o artigo e a pesquisa nela inserido estão abertos a revisões, críticas, comentários ou, mesmo, à sua superação.

8. REFERÊNCIAS

- ARIENTI, Patricia F. F. Os impactos da gestão macroeconômica do Governo Obama na fragilidade do dólar como moeda internacional. In: MORAES, Reginaldo Carmello Correa de. *A economia política do governo Obama*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2017. p. 91-120
- Banco Mundial. *Data Worldbank*: indicador 2011-2019. 2023b. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/FR.INR.RINR?end=2019&locations=US&start=2011&view=chart>. Acesso em 16 de maio de 2025.
- CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*: Ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- COELHO, Jaime Cesar; GAIOTTO, Felipe Camargo. As finanças como política de Estado: o primeiro Governo de Obama. In: MORAES, Reginaldo Carmello Correa de. *A economia política do governo Obama*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2017.
- COHEN, Benjamin J. *Currency statecraft*: monetary rivalry and geopolitical ambition. Chicago: University of Chicago Press, 2019.

- COSTA, Karen Fernandez. Inovação e desenvolvimento nos Estados Unidos: os anos Obama. In: MORAES, Reginaldo Carmello Correa de. *A economia política do governo Obama*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2017.
- DAMAS, Roberto Dumas. *China X EUA: como a economia global e a geopolítica se comportarão no pós-pandemia*. São Paulo: Saint Paul, 2020.
- DUGGAN, Niall; AZALIA, Juan Carlos Ladines. From Yekaterinburg to Brasília: BRICS and the G20, road to nowhere? *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v. 63, n. 1, p. 1-18, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-7329202000109>. Acesso em: 12 dez. 2023.
- EICHENGREEN, Barry J. *A globalização do capital: uma história do sistema monetário internacional*. São Paulo: Ed. 34, 2000.
- FAJGELBAUM, Pablo D.; KHANDELWAL, Amit K. *The Economic Impacts of the US– China Trade War*. Annual Review of Economics, San Mateo, v. 14, n. 1: p. 205–228, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1146/annurev-economics-051420-110410>. Acesso em 16 de maio de 2025.
- FERGUSON, Niall; SCHULARICK, Moritz. ‘Chimerica’ and the Global Asset Market Boom. *International Finance*. 10:3, 2007: pp. 215–239. DOI: 10.1111/j.1468-2362.2007.00210.x
- FMI - Fundo Monetário Internacional. *Total IMF Credit Outstanding for all members from 1984 - 2023*. 2023. Disponível em: <https://www.imf.org/external/np/fin/tad/extcred1.aspx>. Último acesso em 16 de maio de 2025.
- GILPIN, Robert. *A economia política das relações internacionais*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.
- GONÇALVES, Reinaldo. *Economia política internacional: fundamentos teóricos e as relações internacionais do Brasil*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- KEOHANE, Robert O. *After hegemony: cooperation and discord in the world political economy*. Princeton: Princeton University Press, 1984.
- KINDLEBERGER, Charles. *Power and money: the economics of international politics and the politics of international economics*. New York: Basic Books, 1970.
- MEARSHEIMER, John J. Bound to fail: The Rise and Fall of the Liberal International Order. *International Security*, United States, v. 43, n. 4., p. 7–50, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.1162/isec_a_00342. Acesso em 16 de maio de 2025.
- MEARSHEIMER, John J. *The tragedy of Great Power politics*. New York: W. W. Norton, 2001.
- PRÉBISCH, Raúl. *El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas*. New York: CEPAL/Naciones Unidas, 1949. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/server/api/core/bitstreams/da277c35-edee-4405-b8ba-ffe2634bca24/content>. Acesso em 16 de maio de 2025.
- STRANGE, Susan. *States and Markets*. 2nd ed. London: Continuum, 1994.
- TOOZE, Adam. *Crashed: how a decade of financial crises changed the world*. New York: Viking, 2018.
- UNCTAD. *Merchandise: Product concentration and diversification indices of exports and imports, annual*. 2023. Disponível em: <https://unctadstat.unctad.org/datacentre/dataviewer/US.ConcentDiversIndices>. Acesso em 16 de maio de 2025. 2023a.
- UNCTAD. *Annex table 04: FDI outward stock, by region and economy, 1990-2022*. Disponível em: <https://unctad.org/search?keys=fdi+stock>. Acesso em 16 de maio de 2025. 2023b.

UNITED STATES. *Congressional Budget Office - CBO*. The Budget and Economic Outlook: 2020 to 2030. 2020. Disponível em: <https://www.cbo.gov/publication/56020>. Acesso em 16 de maio de 2025.

UNITED STATES. *Department of the Treasury - DOT*. Historical Debt Outstanding. Disponível em: <https://fiscaldata.treasury.gov/datasets/historical-debt-outstanding/historical-debt-outstanding>. Acesso em 16 de maio de 2025. 2023a.

UNITED STATES. *Department of the Treasury - DOT*. U.S. Gross External Debt. 2023b. Disponível em: <https://home.treasury.gov/data/treasury-international-capital-tic-system-home-page/tic-forms-instructions/us-gross-external-debt>. Acesso em 16 de maio de 2025. 2023b.

VISENTINI, Paulo Fagundes. *Eixos do poder mundial no século XXI: uma proposta analítica*. Austral, Porto Alegre, v. 8, n.15, p. 9-25, jan./jun. 2019.

WALLERSTEIN, Immanuel. *World-Systems Analysis: An Introduction*. Durham : Duke University Press, 2006.

WALTZ, Kenneth N. *Teoria das relações internacionais*. Lisboa: Gravitass, 2002

WORLD BANK GROUP. *Real interest rates (%)*: United States. 2022. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/FR.INR.RINR?end=2013&locations=US&start=2000&view=chart>. Acesso em 16 de maio de 2025

WORLD BANK GROUP. *World Development Indicators*. 2023. Disponível em: <https://databank.worldbank.org/source/world-development-indicators#>. Acesso em 16 de maio de 2025.